



**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E SEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.**----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZASSEIS HORAS E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração política:-----

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Santo Tirso na frente dos Municípios da AMP com maior taxa de aprovação dos fundos comunitários)

Dos 30 projetos da Área Metropolitana do Porto aprovados até 30 de dezembro de 2016 pelo NORTE2020, mais de um terço – 11 – são candidaturas apresentadas pelo Município de Santo Tirso.

De acordo com os dados oficiais tornados públicos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), entidade gestora dos fundos comunitários NORTE2020, **6,3 dos 19,5 milhões euros aprovados até dezembro último estão destinados ao concelho de Santo Tirso.**

No Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), com uma dotação de 11 milhões de euros, o Município de Santo Tirso já garantiu quase metade da verba que lhe foi atribuída pela entidade gestora dos fundos comunitários.

**Até dezembro de 2016, Santo Tirso viu aprovados sete projetos apresentados ao NORTE2020** – o segundo Município com mais candidaturas só tem aprovados três projetos –, num total de 4,7 milhões de euros, ou seja, quase 50% das verbas destinadas ao concelho já receberam decisão favorável por parte da entidade gestora dos fundos estruturais.

Já no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), o cenário não muda muito, com Santo Tirso também na frente dos 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto.

De facto, até dezembro de 2016, **dos 3,3 milhões de euros aprovados pelo NORTE2020, 1,5 milhões são projetos apresentados pelo Município de Santo Tirso**, fruto de quatro candidaturas entregues na entidade gestora.

No PDCT, Santo Tirso tem uma dotação de quatro milhões de euros, o que significa que 46% das verbas já estão aprovadas. O Município mais próximo do de Santo Tirso tem apenas duas candidaturas aprovadas.

**Os dados oficiais da CCDRN mostram que o Município de Santo Tirso é, de longe, aquele que mais candidaturas tem aprovadas e também aquele que maior volume de investimento já viu receber “luz verde” por parte do NORTE2020.**

Os resultados agora conhecidos só vêm confirmar que o Município de Santo Tirso fez o trabalho de casa e preparou o futuro a tempo e horas, pelo que só os atrasos verificados na execução dos fundos estruturais, da responsabilidade do anterior Governo, impediram que os investimentos já tivessem chegado ao terreno.

Graças ao trabalho que desenvolveu com vista a ter os projetos de candidaturas a fundos comunitários prontos, o Município de Santo Tirso vai beneficiar de uma majoração de cerca de um milhão de euros, atribuída pelo Governo no âmbito do Acelerador de Investimento Portugal2020.

Os projetos já aprovados pelo NORTE2020 são:

1. Requalificação da EB1 Conde S. Bento
2. Projeto de modernização administrativa da Câmara Municipal
3. Requalificação da EB S. Martinho do Campo
4. Requalificação da EB de Bom Nome
5. Requalificação da Av. Manuel Dias Machado

6. Requalificação da Praça Vasco da Gama
7. Requalificação do Parque Urbano da Quinta de Geão
8. Criação do Centro de Artes Alberto Carneiro
9. Requalificação do Conjunto Habitacional de Argemil
10. Criação da ciclovia entre a rotunda de Timor Lorosae e o Juncal
11. Alargamento da ponte sobre o rio Vizela



**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 26 de janeiro de 2017**

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 02 Fl. 6  
26 de janeiro de 2017

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS  
ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À  
PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26/JANEIRO/2017 – ATA Nº 02**

### **ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 12/01/2017**
- 2 – Proposta de autorização anual de constituição de fundos de manei**
- 3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento – Retificação do PAM e PPI: Ratificação de despacho da vice-presidente**
- 4 – Nova Estrutura Orgânica do município: Proposta de estrutura flexível**
- 5 – Proposta de celebração de Protocolo entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a sociedade INDAQUA Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., tendo por objeto a não atualização do tarifário do serviço de abastecimento de água no ano de 2017**
- 6 – Empreitada: “Reconversão de parte do quarteirão da Fábrica de Santo Thyrsó – Centro de Arte Alberto Carneiro”: Decisão de contratar e aprovação das peças do respetivo procedimento: Ratificação de despacho do presidente**
- 7 – Apoio à utilização dos transportes urbanos: aquisição de títulos de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda para efeitos de distribuição a estratos sociais desfavorecidos**
- 8 – Proposta de atribuição de subsídio à junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos – Retificação de um troço da Rua Panorâmica**
- 9 – Proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Agrela – Aquisição de trator agrícola**
- 10 – Proposta de atribuição de subsídio à União de freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira – Obras de beneficiação das Ruas da Liberdade e Dr. António Augusto Pires de Lima, em Areias**
- 11 – Proposta de atribuição de subsídio aos Ranchos e Grupos Folclóricos do Concelho de Santo Tirso**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

- 12 – Proposta de atribuição de subsídio aos Agrupamento de Escolas de Santo Tirso para visitas de estudo
- 13 – Celebração de Protocolo entre o município e diversas Associações de Pais, tendo por objeto assegurar o prolongamento do horário nos jardins de infância no ano de 2016/2017: Revisão da verba atribuída à Associação de Pais do Centro Escola da Costa – Roriz
- 14 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a União Desportiva de S. Mamede
- 15 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Desportivo de S. Salvador do Campo
- 16 – Candidatura ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020 – Criação e ampliação de estruturas verdes urbanas – Parque Urbano da Quinta de Geão – Termo de Aceitação das condições de aprovação: Ratificação
- 17 – Pedido de parecer prévio vinculativo para a celebração de contrato de aquisição de serviços na modalidade de avença, tendo por objeto assessoria na dinamização de atividades desportivas, apoio ao associativismo desportivo, coordenação e promoção de iniciativas na área da juventude

Santo Tirso, 23 de janeiro de 2017

O presidente,



Dr. Joaquim Couto

**Nota:** Foi retirado de reunião o assunto constante do ponto 17 da ordem do dia.



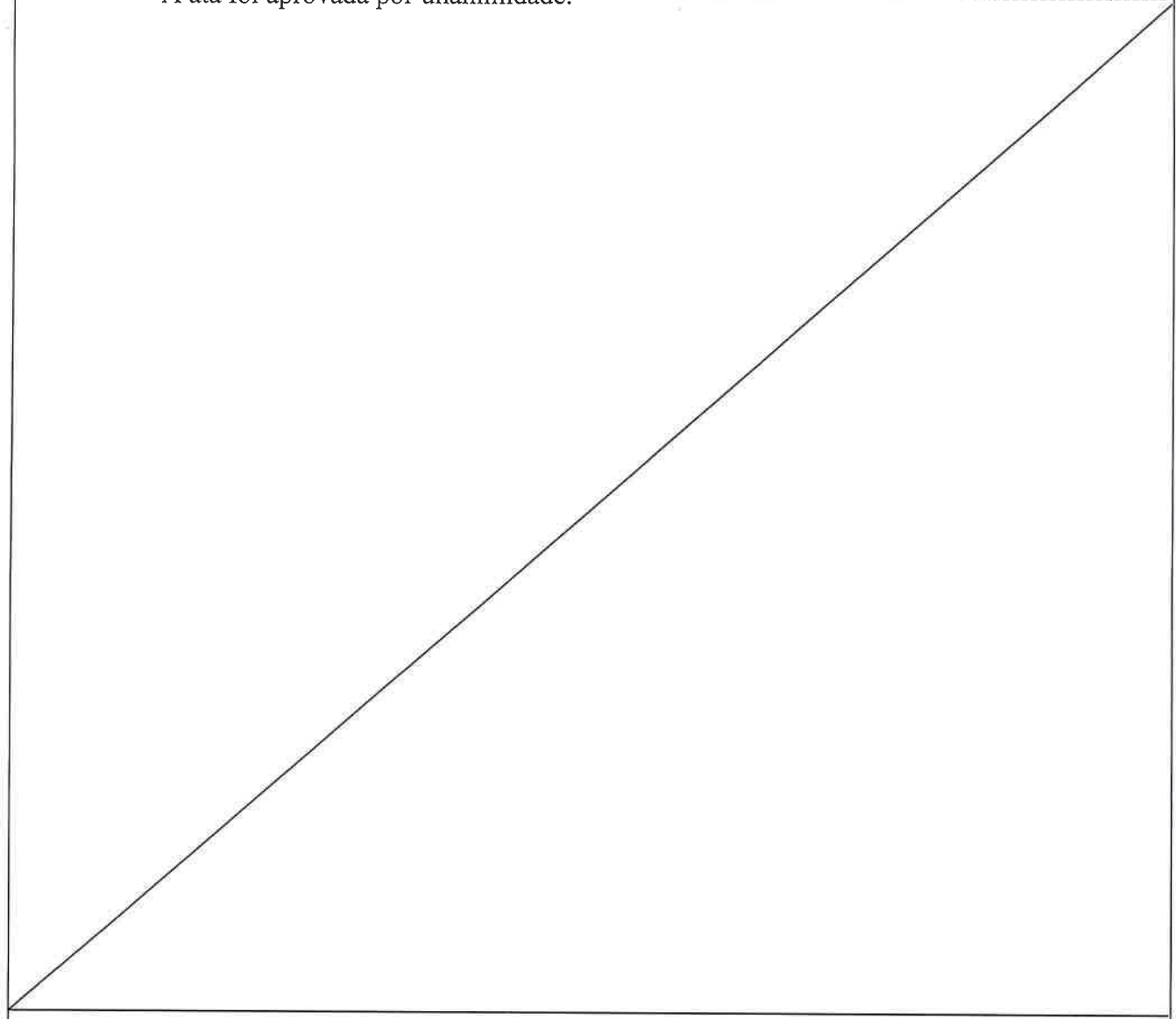


**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/01/2017.----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia doze do corrente mês de janeiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





## **2. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO ANUAL DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO.**-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de dezoito do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e dezoito, a remeter mapa para a constituição de fundos de maneo, de acordo com os pedidos que foram feitos pelos diversos serviços.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 26º das Normas de Execução Orçamental, que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezassete, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de novembro último, deliberasse aprovar a constituição dos fundos de maneo constantes da listagem que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, cuja utilização, reconstituição e reposição deverá obedecer ao previsto naquela norma e nos artigos 11º e seguintes do Regulamento de Controlo Interno aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dois.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



<b>Constituição do Fundo de Maneio 2017</b>			
<b>Serviço</b>	<b>Responsável</b>	<b>Valor mensal</b>	<b>Compromissos</b>
Subunidade de contratos e apoio ao notariado	Maria Adriana Salgado Magalhães	750,00 €	<b>865</b>
Serviço de Compras e Contratação Pública	Maria Cacilda da Costa Alves Sousa	1 000,00 €	<b>867</b>
Serviço de Expediente Geral	Isaura Mariana Silva Almeida Gomes	100,00 €	<b>869</b>
Divisão de Coesão Social	Paula Maria Brandão Silva	500,00 €	<b>871</b>
Relações Internacionais	Maria do Céu Barroso Duarte Silva	750,00 €	<b>873</b>
Divisão de Desporto	Bernardino António da Silva Alves	500,00 €	<b>874</b>
Divisão de Serviços Gerais e Urbanos	José António Silva Carvalho	750,00 €	<b>876</b>
CPCJ	Paula Maria Brandão Silva	153,15 €	<b>891</b>
Divisão de Gestão da Fábrica de Santo Thyrsó	Vera Liliana Machado Araújo	500,00 €	<b>894</b>
<b>Total: .....</b>		<b>5 003,15 €</b>	

PRC 117

020108  
0202250130 018,90 €  
30 018,90 €

DF - 18/01/2017



**3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO – RETIFICAÇÃO DO PAM E PPI: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DA VICE-PRESIDENTE.**-----

Presente informação da diretora do departamento administrativo e financeiro, de dezanove do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e quarenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o despacho da vice-presidente da câmara, da mesma data, que decidiu propor à assembleia municipal a retificação do Plano de Atividades Municipal (PAM) e do Plano Plurianual de Investimento (PPI), no sentido de que na coluna relativa à previsão da despesa para os anos seguintes onde se lê “2006, 2007 e 2008” passe a ler-se “2018, 2019 e 2020”.-----

O aludido despacho foi ratificado por unanimidade.-----



13

7

**4. NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS E DEFINIÇÃO DAS RESPETIVAS ATRIBUIÇÕES.-----**

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando o modelo de estrutura orgânica do município, a sua estrutura nuclear e a definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis, aprovada pela assembleia municipal em sessão extraordinária de vinte e quatro do corrente mês de janeiro;-----

Considerando que o artigo 7º do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, estipula que compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, deliberar sobre a criação de unidades orgânicas flexíveis, e a definição das respetivas atribuições e competências;-----

Proponho que a câmara municipal aprove a proposta de alteração das unidades orgânicas flexíveis previstas na proposta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes vinte e duas folhas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

## PROPOSTA

### **Alteração das unidades orgânicas flexíveis do município de Santo Tirso**

Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à câmara municipal, sob proposta do presidente da câmara municipal, deliberar sobre a criação de unidades orgânicas flexíveis e a definição das respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela assembleia municipal.

As unidades orgânicas previstas na atual estrutura flexível são compostas por Divisões Municipais, dirigidas por Chefes de Divisão, cargo de direção intermédia de 2º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e por Serviços Municipais, dirigidos por Chefes de Serviço, cargo de direção intermédia de 3º grau, com as competências definidas no artigo 15º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e nos critérios aprovados pela assembleia municipal.

Considerando a fundamentação constante da proposta de alteração da estrutura orgânica do município de Santo Tirso, constante da deliberação da câmara municipal de doze do corrente mês de janeiro (item 4 da respetiva ata), condicionada à aprovação pela assembleia municipal de Santo Tirso, para o que está agendada uma sessão extraordinária para o dia vinte e quatro de janeiro, proponho à camara municipal a criação das unidades orgânicas flexíveis e gabinetes que constam do anexo I da presente proposta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

Fica igualmente anexo à presente proposta o organograma dos serviços municipais, que constitui o anexo II da mesma.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 23 de janeiro de 2017

O presidente da câmara,

Dr. Joaquim Couto

## **Unidades orgânicas flexíveis do município de Santo Tirso**

### **Anexo I**

#### **Atribuições das unidades orgânicas flexíveis**

##### **Na dependência direta do presidente da câmara municipal:**

###### **. Serviços veterinários municipais, ao qual compete genericamente,**

- Cumprir as competências descritas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, na área do município de Santo Tirso, de forma a promover a defesa da saúde pública e do meio ambiente, assim como a defesa do bem-estar animal.

###### **Serviço de polícia municipal, ao qual compete genericamente,**

- A organização, atribuições e competências da Polícia Municipal constam do Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Polícia Municipal do Concelho de Santo Tirso.

###### **. Serviço municipal de proteção civil, ao qual compete genericamente,**

- A organização e competências do serviço municipal de proteção civil constam da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro.

###### **Divisão de Comunicação e Imagem, ao qual compete genericamente,**

- Prestar assessoria de imprensa, designadamente através da elaboração de comunicados de imprensa, conferências de imprensa, clipping, revista de imprensa, preparação de reportagens, entrevistas, dossiês de imprensa, visitas de jornalistas, encontro com jornalistas, mailing list, relatórios de assessoria de imprensa, produção de conteúdos (revista municipal, discursos, cartas, site institucional, facebook, entre outros), infomails, newsletters e planos de comunicação;

- Gerir e promover a publicidade institucional do município;

- Relações públicas (produção de eventos, estratégia e planeamento de eventos, protocolo, patrocínio);

- Marketing (marketing territorial – criação da marca Santo Tirso, marketing de relacionamento, buzz marketing, marketing viral, product placement, merchandising, análises SWOT, site institucional, vídeos institucionais).

###### **. Divisão de Informática, ao qual compete genericamente,**

- Gerir e manter os programas, equipamentos e rede informática;

- Implementar soluções e projetos que garantam o suporte eficaz aos sistemas de informação, na componente de infraestrutura e sistemas;

- Assegurar o funcionamento das comunicações de voz e dados;

- Assegurar a preservação de informação existente nos sistemas de informação;

- Assegurar o controlo dos acessos (identificação, autenticação e autorização);

- Assegurar apoio funcional aos utilizadores dos sistemas informáticos.

**. Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos**, à qual compete genericamente,

- Coordenar a elaboração de documentos de enquadramento e programação estratégica de referência;

- Acompanhar e participar na elaboração dos documentos inter e supra municipais de enquadramento e programação estratégica de referência;

- Analisar, divulgar e assegurar fontes e instrumentos de financiamento externo dirigidas ao apoio à atividade municipal;

- Elaborar e gerir os processos de candidatura a financiamento externo;

- Dinamizar parcerias com vista à concretização de processos de candidaturas a financiamento externo;

- Monitorizar e gerir a sua execução física e financeira dos projetos com financiamento externo;

- Coordenar a interlocução com as autoridades de gestão dos programas de financiamento externo;

- Apoiar a elaboração e acompanhamento de candidaturas a financiamento de projetos de interesse municipal, públicos ou de interesse público.

**. Gabinete de Direção Municipal**, ao qual compete genericamente,

- Coordenar, propor e implementar os procedimentos e metodologias necessárias ao melhor desenvolvimento das atividades municipais;

- Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano, orçamento, do relatório anual de atividades e outros documentos estratégicos municipais;

- Coordenar, nos termos definidos pelo Presidente da Câmara, as atividades de todas as unidades orgânicas, monitorizando o cumprimento da estratégia municipal e propondo ações de melhoria.





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

*[Handwritten signatures and initials]*

. **Gabinete de Auditoria e Gestão da Qualidade**, ao qual compete genericamente,

- Exercer e desenvolver as competências que possam contribuir para a modernização da gestão autárquica, que ajudem a suportar e fundamentar opções de orientação, de gestão e decisão estratégicas, bem como prever e contribuir para a diminuição de diferentes riscos que a atividade municipal comporta, designadamente através das seguintes ações:

- Auditorias internas, inspeções, sindicâncias, inquéritos ou processos de meras averiguações que forem determinados pela câmara municipal ou pelo presidente da câmara;
- Elaborar, monitorizar e avaliar a execução do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas;
- Proceder à elaboração/revisão do Regulamento de Controlo Interno e monitorizar o seu cumprimento;
- Elaborar, monitorizar e avaliar o Código de conduta e de ética no desempenho de funções e prestação de serviços públicos no município;
- Avaliar o grau de eficiência e eficácia da cobrança das receitas municipais e a eficiência, eficácia e economicidade das despesas municipais;
- Elaborar parecer sobre medidas tendentes a melhorar a eficiência dos serviços e a modernização do seu funcionamento, dirigindo-o aos órgãos da autarquia;
- Averiguar os fundamentos de queixas, reclamações ou petições de munícipes sobre o funcionamento dos serviços municipais, propondo, se for caso disso, medidas destinadas a corrigir procedimentos julgados incorretos, ineficazes, ilegais ou violadores dos direitos ou interesses legalmente protegidos;

- Desenvolver, em colaboração com os serviços, os indicadores de suporte à decisão; Avaliar, em colaboração com os serviços, os resultados obtidos; Gerir e representar o sistema de gestão da qualidade (SGQ);

- Orientar e apoiar todos os serviços da câmara nas atividades relacionadas com o SGQ na premissa da melhoria contínua dos serviços prestados ao munícipe.

#### **Na dependência do Departamento Administrativo e Financeiro:**

##### **. Atribuições na dependência direta do dirigente deste departamento,**

- Garantir todo o apoio em processos, ações e recursos judiciais em que a autarquia seja parte, acompanhar o desenvolvimento dos mesmos e manter o presidente da câmara informado sobre a situação pontual em que se encontram, bem como elaborar lista dos processos judiciais pendentes, para

18

efeitos de cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

- Assegurar, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, todos os procedimentos administrativos e formalidades relativos à obtenção de vistos do Tribunal de Contas, em matéria de fiscalização prévia;

- Prestar apoio jurídico aos órgãos do município e seus membros;

- Autorizar a emissão de certidões de documentos, cuja competência não esteja expressamente atribuída a outras unidades orgânicas.

. **Divisão Jurídica**, à qual compete genericamente,

- Emitir pareceres jurídicos, quando solicitados ou quando o respetivo dirigente o entender oportuno, sobre quaisquer matérias de interesse para a autarquia;

- Obter, a solicitação da câmara municipal ou de quaisquer dos seus membros com competência para o efeito, pareceres jurídicos externos que se mostrem necessários;

- Desempenhar tarefas para que for chamada em inquéritos e processos disciplinares no âmbito da gestão de pessoal;

- Dinamizar o conhecimento oportuno de normas legislativas e regulamentares essenciais à gestão municipal, bem como das suas alterações ou revogações;

- Promover os procedimentos inerentes à adjudicação de direitos de uso privativo de edifícios ou espaços públicos do município e celebrar os respetivos contratos;

- Providenciar pelo registo na Conservatória do Registo Predial de todos os bens imóveis do município;

- Instruir, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, os processos de expropriação e proceder ao seu registo e acompanhamento;

- Organizar os processos de desafetação de bens imóveis do domínio público do município;

- Organizar os processos de aquisição e alienação de bens imóveis.

. **Serviço de Contraordenações e Eleições**, na dependência desta Divisão, ao qual compete genericamente,



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

19

- Instruir os processos de contraordenação, bem como assegurar o seu acompanhamento em juízo em caso de recurso;

- Assegurar e executar os procedimentos e formalidades de todos os processos respeitantes a atos eleitorais, na parte em que as diversas leis eleitorais cometerem competências à câmara municipal;

- Prestar o apoio solicitado pelas Juntas de Freguesia no que respeita ao recenseamento e atos eleitorais.

. **Divisão de Contratação Pública e Execuções Fiscais**, à qual compete genericamente,

- Assegurar, preparar, lavrar e promover o adequado registo e arquivamento dos contratos (exceto contratos de pessoal, seguros, empréstimos, e contratos de aquisição de bens e serviços) em que o município seja parte, bem como de protocolos e outros atos formais, mesmo aqueles para os quais não seja exigida a forma de documento autêntico;

- Prestar apoio técnico-administrativo ao notário privativo do município;

- Organizar e acompanhar em todos os seus trâmites os processos de execuções fiscais.

. **Serviço de Compras**, na dependência desta Divisão, ao qual compete genericamente,

- Assegurar todos os processos de negociação conducentes à aquisição de bens móveis e serviços;

- Assegurar, em colaboração com os serviços, os procedimentos necessários à concretização dos concursos de aquisição de bens e serviços, incluindo os relativos à elaboração de projetos, planos e estudos urbanísticos, designadamente a celebração, registo e arquivo dos respetivos contratos;

- Assegurar a celebração de contratos de fornecimento contínuo para bens de consumo permanente;

- Organizar e manter atualizado um ficheiro de fornecedores/prestadores de serviços.

. **Divisão de Recursos Humanos**, à qual compete genericamente,

- Promover o recrutamento e seleção dos recursos humanos;

- Proceder à análise, estudo e proposta de normas e regulamentos para definição da política de pessoal;

- Gerir o mapa de pessoal do município;

9 20

- Planificar, acompanhar e controlar a formação profissional e a qualificação dos recursos humanos, em estreita articulação com os dirigentes dos serviços;
- Gerir o processo de avaliação de desempenho;
- Elaborar e gerir o orçamento das despesas correntes com pessoal;
- Assegurar o processamento de remunerações e outros abonos;
- Gerir o sistema de assiduidade;
- Elaborar os indicadores de gestão e balanço social;
- Assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área dos recursos humanos;
- Gerir os processos dos acidentes de trabalho dos trabalhadores e colaboradores do município;
- Estudar, propor e dar execução às normas em vigor sobre saúde ocupacional e higiene e saúde do trabalho;
- Efetuar ações de sensibilização, informação e formação dos trabalhadores sobre os problemas inerentes à segurança, higiene e saúde nos seus postos de trabalho.

. **Serviço de Emprego e Inserção Profissional**, inserido nesta Divisão, ao qual compete genericamente,

- Apoiar e acompanhar os munícipes na resolução dos seus problemas relacionados com o emprego e a inserção profissional;
- Promover contactos regulares com as empresas e outras instituições locais e regionais, de forma a potenciar a empregabilidade;
- Recolher e divulgar ofertas de emprego e de inserção profissional;
- Apoiar o desenvolvimento de estágios curriculares, profissionais e de cursos de formação profissional;
- Elaborar, implementar e desenvolver candidaturas a programas operacionais regionais de emprego e inserção profissional;
- Organizar e dinamizar medidas ativas de emprego através de ações, exposições e campanhas.

. **Divisão Financeira**, à qual compete genericamente,

21

- Garantir a gestão orçamental, patrimonial e de custos, dentro das normas legais em vigor, no que concerne às áreas de contabilidade, tesouraria e armazém;
- Elaborar o orçamento e outros documentos previsionais de índole financeira;
- Proceder à coordenação e controlo da gestão financeira e patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações legais, designadamente, da prestação de contas e cooperação financeira;
- Assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área financeira;
- Promover a celebração de contratos de seguro e diligenciar pelo respetivo cumprimento;
- Promover a celebração de contratos de empréstimo e preparar os respetivos processos a serem submetidos a visto do Tribunal de Contas, bem como prestar os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas no âmbito da instrução dos respetivos processos, sem prejuízo do apoio necessário da dirigente máxima do departamento em que se insere esta unidade orgânica;
- Coordenar o sistema de gestão de stocks;
- Administrar os artigos de consumo corrente existentes e proceder à sua distribuição interna, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições de material e os consumos;
- Executar todos os demais serviços que lhe são cometidos pelas disposições reguladoras da contabilidade autárquica.

. **Serviço de Tesouraria**, inserido nesta Divisão, ao qual compete genericamente,

- Assegurar o recebimento de todas as receitas e o pagamento de todas as despesas devidamente autorizadas, sem prejuízo da existência de outros postos de cobrança, nos termos das Normas de Execução Orçamental.

. **Divisão de Património**, ao qual compete genericamente,

- A sistematização dos inventários dos bens móveis, veículos, imóveis e direitos a eles inerentes do património municipal;
- Promover os procedimentos inerentes à, celebrar os respetivos contratos e controlar o recebimento das receitas inerentes à adjudicação de direitos de uso privativo de edifícios ou espaços públicos do município.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**. Divisão de Expediente Geral, ao qual compete genericamente,**

- Gerir a informação a disponibilizar no atendimento multicanal integrado (presencial, telefónico e online), em articulação com os serviços municipais, assegurando a sua atualização, uniformização, clareza e coerência;
- Executar os projetos transversais de simplificação e modernização administrativa com impacto no atendimento ao munícipe;
- Desenvolver o atendimento multicanal integrado e disponibilizar novos serviços no Balcão Único;
- Garantir o atendimento multicanal integrado (presencial, telefónico e online);
- Promover o registo e encaminhamento das reclamações/queixas formuladas por particulares;
- Assegurar a receção, registo e encaminhamento dos pedidos recebidos no Balcão Único;
- Promover a cobrança de receitas inerentes aos serviços prestados ou atendimentos efetuados, com observância do previsto nas Normas de Execução Orçamental;
- Assegurar a receção, registo e encaminhamento do correio postal e correio eletrónico, bem como a expedição de todo o correio para o exterior;
- Administrar o arquivo geral intermédio;
- Colaborar na articulação entre o arquivo geral intermédio, arquivo histórico municipal e bibliotecas públicas;
- Assegurar os serviços de reprografia;
- Gerir os Espaços do Cidadão;
- Garantir o apoio administrativo geral, designadamente na tramitação administrativa, notificações, junção de pareceres, emissão de alvarás e outros títulos, declarações, certidões e averbamentos;
- Emitir certidões de documentos, cuja competência não esteja expressamente atribuída a outras unidades orgânicas.

**. Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, ao qual compete genericamente,**

- Prestar assistência técnico-administrativa aos órgãos do município e seus membros, nomeadamente elaboração das ordens do dia das respetivas reuniões, elaboração das respetivas minutas e atas e demais tarefas administrativas inerentes.



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

23  
A

**Na dependência do Departamento de Urbanismo e Ambiente:**

**. Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, à qual compete genericamente,**

- Elaborar ou coordenar a realização de programas, planos e estudos de no âmbito do ordenamento do território;
- Elaborar ou coordenar a realização de instrumentos de gestão territorial, bem como as respetivas correções e retificações, alterações e revisões;
- Monitorizar a implementação dos instrumentos de gestão territorial;
- Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos no âmbito das suas atribuições, designadamente pareceres relativos a programas, planos e estudos realizados por outras entidades;
- Acompanhar a elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial da responsabilidade de outras entidades;
- Elaborar pareceres urbanísticos;
- Gerir a informação georreferenciada do município, coordenando a sua disponibilização interna e o seu fornecimento externo;
- Produzir cartografia temática;
- Gerir a cartografia base;
- Gerir e densificar a rede geodésica municipal;
- Executar levantamentos topográficos e plantas cadastrais;
- Verificar a implantação topográfica de obras municipais;
- Fornecer e verificar cotas de soleiras que marginem as vias municipais;
- Verificar alinhamentos de obras particulares;
- Prestar informação sobre a avaliação predial;
- Acompanhamento da elaboração do zonamento e coeficientes de localização para efeitos do IMI.
- Cadastro e registo das infraestruturas de serviços públicos e clientes de saneamento básico, em articulação com o Gabinete de Informática;
- Cadastro no SIG de clientes de RSU e outros utentes de serviços públicos, em articulação com o Gabinete de Informática.



. **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, ao qual compete genericamente,

- Elaborar ou coordenar a realização de programas, planos e estudos ambientais;

- O acompanhamento do controlo e medidas de qualidade da CCDR-N relativos à qualidade do ar;

- Elaborar mapas de ruído e relatórios sobre recolha de dados acústicos para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais de âmbito municipal e estabelecer a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas; elaborar planos municipais de redução de ruído; e emitir licença especial de ruído para atividades ruidosas temporárias.

- Elaborar e promover projetos e ações de educação ambiental, nos quais se incluem campanhas de sensibilização para aumento das taxas de cobertura e eficiência dos sistemas ambientais;

- Acompanhar a elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial e outros instrumentos de regulação e gestão ambiental, de responsabilidade municipal ou setorial, nomeadamente nos domínios da água, ar e florestas em articulação com a DOTIG e PC;

- Assegurar as atribuições e atividades no domínio do saneamento básico (abastecimento de água; drenagem e tratamento de águas residuais; recolha, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos), seja diretamente, seja através do acompanhamento e fiscalização de contratos de concessão, parcerias, prestação de serviços ou outros;

- Tratar as reclamações, pedidos de redução de tarifas e outros relativos a resíduos, abastecimento de água e saneamento;

- Prestação de informação à ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, no que se refere aos contratos de concessão, parceria, prestação de serviços e avaliação da qualidade do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos;

- Acompanhar o programa de controlo da qualidade da água nas escolas da competência da câmara municipal;

- Elaborar e apreciar pareceres, recomendações, regulamentos e outros documentos no âmbito das suas atribuições;

- Tratar do fornecimento e reavaliação de contentorização para recolha de resíduos sólidos urbanos;

- Encaminhar os pedidos de recolha de verdes e de "monstros".





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

9 25 A

. **Divisão de Licenças e Urbanismo**, à qual compete genericamente,

- Emitir pareceres técnicos, realizar ou participar em vistorias e prestar esclarecimentos técnicos ao público, relativos a obras de iniciativa particular, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, atividade industrial, instalações de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações, inspeção de elevadores, instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis, máquinas, recintos, pedreiras, acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração e horários de funcionamento;
- Promover consultas a entidades externas e colher autorizações para cumprimento das conformidades legais;
- Emitir pareceres relativos à necessidade de explosivos para execução de obras particulares;
- Análise técnica dos projetos de saneamento de obras particulares e dos projetos de abastecimento de água de obras particulares a construir em zonas não abrangidas pela concessão à Indaqua;
- Apreciação de processos de obras particulares, nomeadamente operações urbanísticas e loteamentos para avaliar as exigências relativas a equipamentos, ecopontos e contentores subterrâneos.

. **Serviço de Fiscalização**, ao qual compete genericamente,

- A fiscalização na área do saneamento básico;
- A fiscalização na área da publicidade e ocupação do espaço público;
- A fiscalização técnica das obras de urbanização e da atividade industrial;
- A fiscalização técnica e acompanhamento das obras de ligação das redes prediais de saneamento à rede pública;
- A fiscalização técnica e acompanhamento das obras de infraestruturas de obras particulares (loteamentos e urbanizações);
- A fiscalização, elaboração de informações, participação de contra ordenações e outras infrações e notificações pessoais de decisões dos órgãos municipais, relativos a operações urbanísticas de iniciativa particular, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, atividade industrial, instalações de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações, inspeção de elevadores, instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis, ocupação do espaço público, publicidade, recintos, ruído, máquinas de diversão, horários de funcionamento e pedreiras.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**. Divisão de Projetos e Empreitadas, à qual compete genericamente,**

- Elaborar e/ou coordenar a realização de projetos de vias, edifícios, espaços verdes e outros espaços de uso público;
- Promover consultas a entidades externas e colher autorizações para cumprimento das conformidades legais, nomeadamente com os instrumentos de gestão territorial em vigor, no âmbito dos projetos da sua responsabilidade;
- Apoiar a elaboração de projetos e a instrução de processos de concurso de empreitadas de interesse municipal, públicos ou de interesse público;
- Apreciar e acompanhar projetos supramunicipais;
- Instruir processos de concurso de empreitadas de obras públicas;
- Identificar os bens imóveis necessários à execução de obras municipais, bem como, dos ónus e serviços a impor e cooperar em eventuais negociações ou expropriações;
- Fiscalizar ou coordenar a fiscalização de obras municipais (empreitadas);
- Assegurar o cumprimento dos contratos de financiamento de empreitadas, designadamente no que respeita ao cumprimento de prazos;
- Proceder à planificação da segurança e saúde do trabalho, na fase de projeto, nos termos da legislação em vigor;
- Acompanhar a obra para verificação do cumprimento do plano de segurança e saúde do trabalho por parte da entidade executante;
- Fornecimento de projetos e acompanhamento de obras de saneamento e redes de abastecimento de água realizadas pela câmara municipal;
- Emitir certidões relativas à necessidade de explosivos para execução de obras públicas.

**. Divisão de Serviços Gerais, à qual compete genericamente,**

- Elaborar e executar planos de manutenção de edifícios e vias de jurisdição municipal, incluindo a execução, por administração direta, das obras de conservação daí decorrentes;
- Executar, por administração direta, obras de reparação de edifícios e vias sob gestão municipal;
- Executar, por administração direta, e garantir a manutenção das redes de águas pluviais sob gestão municipal;
- Gerir as redes e sistemas municipais de saneamento básico;

- Fiscalizar e prestar apoio à implementação das medidas corretivas no âmbito do programa de controlo da qualidade da água nas escolas da competência da câmara municipal;
- Promover a construção e manutenção de espaços verdes e arborização de ruas;
- Elaborar condições técnicas e acompanhar a execução dos contratos de manutenção de equipamentos localizados em edifícios e espaços municipais (AVAC, elevadores, balizas, parques infantis,...);
- Gerir os serviços de portaria;
- Coordenar a utilização das viaturas municipais, bem como repará-las, conservá-las e administrar processos de acidentes de viação em que intervenham;
- Gerir processos de acidentes ocorridos na via pública ou outros espaços públicos quando seja imputada responsabilidade extracontratual ao município;
- Colaborar na execução de cadastros do património;
- Dar apoio logístico e operativo no âmbito da proteção civil, em articulação com outros serviços municipais.
- . **Serviços Urbanos**, ao qual compete genericamente,
  - Administrar os mercados municipais e feiras;
  - Promover a captura, remoção, apanha, tratamento e detenção de animais, nos termos da lei;
  - Assegurar a gestão do canil, em articulação com os serviços veterinários municipais;
  - Prestar apoio administrativo aos serviços veterinários municipais;
  - Proceder à limpeza urbana e de edifícios públicos;
  - Acompanhar e controlar o serviço relativo à limpeza urbana, a assegurar no âmbito do contrato de prestação de serviços;
  - Proceder à limpeza e remoção de águas residuais em fossas séticas;
  - Assegurar o serviço de desinfeção e desbaratização em estabelecimentos públicos;
  - Administrar os cemitérios sob jurisdição do município;



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

- Desenvolver as ações necessárias com vista à execução de inumações, exumações e transladações.

**. Divisão de Mobilidade e Transportes**, à qual compete genericamente,

- Assegurar a regulamentação e apreciar pedidos no âmbito da mobilidade, do trânsito e estacionamento e respetiva sinalização, da ocupação do espaço público, da publicidade e dos transportes;

- Elaborar, coordenar e analisar estudos e planos no âmbito da mobilidade, da segurança rodoviária e dos transportes públicos e, quando elaborados externamente, acompanhar a sua execução e monitorizar a respetiva implementação;

- Gerir a Central de Camionagem, as áreas de estacionamento público e de cargas e descargas;

- Acompanhar a instalação, manutenção e cadastro da sinalização e equipamentos de trânsito e do mobiliário urbano relativo a sinalização direcional, inibidores de estacionamento e abrigos de passageiros;

- Promover a articulação dos transportes coletivos públicos e privados;

- Acompanhar a concessão de transportes públicos urbanos e assegurar a informação ao público no âmbito dos transportes públicos coletivos de passageiros (horários, site e outros sistemas de informação);

- Coordenar o acesso e organização do mercado da atividade de transporte em táxi;

- Articular com as entidades com jurisdição sobre a rede viária, tratar os dados de sinistralidade e promover medidas de segurança rodoviária;

- Gerir os processos de veículos abandonados na via pública, de registos de matrículas e licenças de ciclomotores e motociclos;

- Gerir processos de estabelecimento de denominação de ruas e praças e atribuição da numeração dos edifícios.

**Na dependência do Departamento de Coesão Social:**

**. Divisão de Ação Social**, à qual compete genericamente,

- Agir pela igualdade de oportunidades;



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

- Atuar em situações de maior desfavorecimento ou carência económico-social com vista a uma sociedade mais inclusiva;
- Promover a coesão territorial numa política social de proximidade e descentralização dos serviços camarários, através do atendimento no local às famílias residentes em habitação social (relojadas ou a realojar), acompanhando-as na organização e gestão doméstica, com vista à melhoria das suas competências sociais e pessoais;
- Garantir a implementação de políticas sociais de habitação através da medida de subsídio ao arrendamento;
- Garantir o bem-estar das crianças e jovens;
- Assegurar a participação do município na Rede Social, Rendimento Social de Inserção e na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estabelecendo uma articulação com os restantes parceiros;
- Garantir respostas adequadas nos diferentes níveis de intervenção da área da toxicodependência e do alcoolismo, promovendo uma articulação com as entidades estatais e da sociedade civil implicadas neste campo;
- Incrementar ações de cidadania ativa que rejuvenesçam a população sénior;
- Desenvolver as ações inerentes ao Programa Municipal de Emergência Social;
- Desenvolver ações de promoção e defesa da saúde;
- Conceber e desenvolver programas e projetos integrados de ação social de iniciativa municipal ou em parceria com outras entidade e agentes sociais, visando grupos especialmente carenciados, vulneráveis ou em risco;
- Desenvolver ações de apoio ao emigrante;
- Emitir Certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia residentes em Portugal, nos termos legalmente previstos;
- Prestar informação, apoio/orientação nas reclamações e mediar pequenos conflitos de consumo, na defesa dos legítimos interesses dos consumidores em nome individual e pretar serviços de verificações metrológicas de massas de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático e contadores de tempo;
- Assegurar a verificação e o controlo metrológico, nos termos da lei.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

. **Divisão de Educação**, à qual compete genericamente,

- Participar nos processos de planeamento e de definição da estratégia educativa local;
- Assegurar a oferta de atividades de complemento educativo e de apoio à família para os alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, em particular nos períodos de interrupção letiva;
- Garantir a gestão eficiente dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico;
- Apoiar a participação dos alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico em atividades de complemento curricular;
- Assegurar os serviços de ação social escolar, no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Assegurar a colocação e a gestão do pessoal não docente da educação pré-escolar, em articulação com a Divisão de Recursos Humanos.
- Assegurar a gestão dos refeitórios escolares sob administração direta do município, garantindo o seu correto funcionamento em respeito pelas normas de higiene e segurança alimentar.
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Dinamizar ações e projetos que promovam o sucesso educativo e previnam a exclusão e o abandono escolar.
- Assegurar a ligação com as Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, de modo a contribuir para a melhoria do sistema educativo;
- Promover a celebração e assegurar a execução de protocolos de colaboração com diferentes parceiros e instituições educativas, com vista a melhorar o serviço de educativo prestado;
- Promover a concertação e a articulação das actividades e programas a desenvolver autonomamente ou em colaboração com outras instituições públicas/privadas, tendo por base a estratégia educativa local e os projetos educativos elaborados pelos agrupamentos de escolas/escolas.
- Apoiar as entidades e as estruturas de âmbito local ligadas à educação, promovendo a concretização de projectos e programas visando a melhor utilização e racionalização das infra-estruturas e equipamentos existentes no concelho.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

Handwritten signatures and initials, including the number 31.

. **Serviço de de Gestão do Parque Escolar**, inserido nesta Divisão, ao qual compete genericamente,

- Proceder à gestão dos edifícios escolares no âmbito da conservação e requalificação;
- Proceder à gestão das ocorrências, reclamações e sugestões relacionadas com edifícios escolares e respetivos equipamentos e materiais.

. **Divisão de Desporto**, à qual compete genericamente,

- Contribuir, numa perspetiva cultural de desenvolvimento desportivo, para melhorar a qualidade de vida dos seus municípios através de atividades físicas que satisfaçam os seus interesses;
- Fomentar e apoiar o desenvolvimento das entidades desportivas e recreativas;
- Identificar e operacionalizar atividades que potenciem a inclusão e a prática desportiva de populações especiais;
- Colaborar com os organismos regionais, nacionais e internacionais, promovendo o acesso à participação desportiva da população em geral;
- Apoiar e dinamizar o desporto em ambiente escolar;
- Dinamizar e coordenar programas de animação desportiva;
- Apoiar o associativismo desportivo, através do apoio ao desporto federado, às entidades desportivas, a eventos desportivos, ao alto rendimento e à prática de atividade física informal;
- Promover a formação dos diversos agentes desportivos;
- Apoiar, organizar e colaborar na realização de manifestações desportivas;
- Gerir os procedimentos inerentes à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, sem prejuízo do apoio de outros serviços, quando necessário;
- Gerir e coordenar os equipamentos desportivos municipais perspetivando, qualitativamente, o desenvolvimento desportivo local;
- Receber e analisar os pedidos de cedência regular e pontual das instalações desportivas municipais;
- Zelar pela boa conservação das instalações desportivas municipais, condições de higiene e de utilização das mesmas;



- Promover a criação de infraestruturas e serviços, de apoio ao desporto, e participar no planeamento e conceção das infraestruturas desportivas municipais;

- Promover e potenciar a gestão em rede das infraestruturas desportivas existentes no concelho, municipais e não municipais.

- Administrar e fazer a gestão corrente do Complexo Desportivo Municipal nos termos do Regulamento, aprovado pela câmara municipal e da legislação em vigor.

. **Serviço de Juventude**, ao qual compete genericamente,

- Fomentar a participação cívica da população jovem do município, nomeadamente através do associativismo juvenil.

- Programar e executar o Plano Anual de Eventos relativo à Juventude;

- Assegurar as ações inerentes ao Orçamento Participativo Jovem;

- Assegurar o apoio logístico e administrativo ao Conselho Municipal da Juventude.

#### **Na dependência do Departamento de Cultura e Desenvolvimento Económico**

. **Divisão de Bibliotecas e Arquivo**, à qual compete genericamente,

- Assegurar o funcionamento e gestão da Biblioteca Municipal e pólos de leitura.

- Assegurar o funcionamento e gestão do Arquivo Histórico Municipal e outras valências na área da arquivística;

- Programar e executar o Plano Anual de Eventos para a Biblioteca Municipal;

. **Serviço de Promoção da Leitura**, inserido nesta divisão, à qual compete genericamente:

- Desenvolver ações de dinamização da leitura e o livro.

**Serviço de Programação Cultural**, ao qual compete genericamente,

- Desenvolver ações no domínio da promoção e animação cultural;

- Apoiar coletividades, associações, grupos artísticos e culturais;

- Colaborar no intercâmbio cultural com outros municípios;





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

Handwritten marks: a large 'A' and a circled '33' with a checkmark.

- Programar e executar o Plano Anual de Eventos da Cultura.

**Divisão de Património e Museus, à qual compete genericamente:**

- Programar e executar o Plano Anual de Eventos para os Museus, Centros Interpretativos e Centro Cultural Municipal de Vila das Aves;
- Promover, valorizar e dinamizar as expressões artísticas contemporâneas;
- Dinamizar o Museu Municipal Abade Pedrosa e o Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso;
- Promover a realização dos Simpósios Internacionais de Escultura;
- Dinamizar e divulgar a arte contemporânea no âmbito dos seus equipamentos culturais;
- Desenvolver ações de defesa, investigação, valorização, conservação e divulgação do património móvel e imóvel concelhio;
- Gerir e dinamizar serviços nos equipamentos museológicos municipais;
- Gerir e dinamizar serviços no Centro Cultural Municipal de Vila das Aves;
- Estabelecer redes e parcerias de caráter municipal e intermunicipal e intervir, nos termos da lei em vigor, nomeadamente no âmbito do Plano Diretor Municipal, em processos de licenciamento e acompanhamento de obras no domínio da salvaguarda dos bens, que constituam património arqueológico, histórico, artístico, pré-industrial e industrial;
- Prestar serviços educativos de valorização e aprofundamento das ações planeadas nos serviços da cultura e estabelecer uma mediação adequada com os diferentes públicos do concelho.
- Gerar dinâmicas locais de dinamização cultural e recreativa através do apoio às coletividades, associações, grupos artísticos e culturais, assim como projetos de animação cultural.

**Serviço de Turismo, ao qual compete genericamente:**

- Assegurar a preservação, valorização e divulgação das potencialidades turísticas concelhias e intervir, nos termos da lei, nos processos que interfiram com aspetos turísticos;
- Acompanhar as atividades associadas aos serviços de animação turística, tais como feiras, concursos, festivais, entre outros.
- Promover em articulação com o Invest Santo Tirso o desenvolvimento turístico do concelho integrado em políticas de âmbito territorial supramunicipal.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

- Assegurar a divulgação turística do município interna e externa em articulação com as estruturas inter e supra municipais.

. **Divisão de Desenvolvimento Económico**, à qual compete genericamente,

- Gerir o Invest, garantindo a sua participação em programas de incentivo à fixação de empresas, o acompanhamento, orientação e enquadramento de promotores e projetos de interesse para o município e apoio à atividade das empresas instaladas;

- Regulamentar e aplicar a regulamentação para a incubação nas áreas temáticas abrangidas pelo Projeto Fábrica de Santo Thyrsó;

- Apoiar a incubação de jovens empresários e empresas em áreas de valor acrescentado para o desenvolvimento local;

- Coordenar, informar e gerir, toda a atividade da Fábrica de Santo Thyrsó;

- Analisar e propor candidaturas a instrumentos de financiamento externo que contribuam para a sustentabilidade do equipamento e do seu projeto empresarial;

- Promover e incentivar a realização de atividades de iniciativa municipal ou particular que se enquadre e valorize o Projeto da Fábrica;

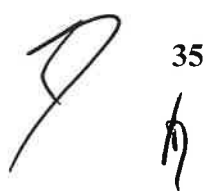
- Realizar parcerias com vista à dinamização do Projeto Fábrica de Santo Thyrsó, funcionando como veículo de ligação entre as instituições do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e o tecido empresarial local.

. **Serviço de Audiovisuais**, ao qual compete genericamente:

- Gerir os audiovisuais;

- Apoiar o planeamento e a execução de eventos.

## ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO





**5. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO E DA TROFA E A INDAQUA SANTO TIRSO / TROFA – GESTÃO DE ÁGUAS DE SANTO TIRSO E TROFA, S.A., TENDO POR OBJETO A NÃO ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ANO DE 2017.**-----

Presente informação de vinte e quatro do corrente mês de janeiro, da responsável pelo Gabinete de Acompanhamento dos Serviços de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, registada com o número seiscientos e cinquenta, a remeter minuta de Protocolo a celebrar entre os municípios de Santo Tirso e Trofa e a Indaqua Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A., que tem por objeto a não atualização, no ano de dois mil e dezassete, dos valores do tarifário nos termos previstos no respetivo contrato de concessão.-----

A eventual compensação direta do município de Santo Tirso à concessionária será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento n.º 300/2017.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 399/2017, de dezanove do corrente mês de janeiro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o aludido Protocolo, nos termos da minuta anexa à presente ata, e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, do qual resulta que o tarifário da água a vigorar em dois mil e dezassete corresponde ao tarifário de dois mil e dezasseis, conforme anexo I do aludido protocolo.----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 02 Fl. 37  
26 de janeiro de 2017

A

A

seguinte declaração de voto:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**  
**(Tarifário do serviço de água para 2017)**



**O tarifário praticado no Município de Santo Tirso para o serviço público de água não vai sofrer qualquer aumento no início deste ano e, a partir de abril, vai mesmo ser reduzido em 11% para o 1.º, 2.º e 3.º escalões e 3% para o 4.º escalão e não domésticos.**

Comprometido com uma política de alívio dos orçamentos dos agregados familiares de Santo Tirso, por via de um “pacote” de medidas de natureza social, o executivo municipal desenvolveu um conjunto de “démarches” com a INDAQUA no sentido de desonerar as famílias do concelho com a fatura da água.

Fruto do dialogo estabelecido com a concessionária que gere e explora a rede de abastecimento de água pública no Município, o executivo municipal decidiu não atualizar o tarifário até abril de 2017, e foi ainda mais longe, ao estabelecer um acordo que prevê uma descida da tarifa variável de 11% e 3%.

**No total, o Município de Santo Tirso vai assumir um compromisso financeiro de mais de 200 mil euros/ano, para salvaguardar os interesses da população do concelho de Santo Tirso.**

Trata-se de uma medida geral e universal, com um grande impacto social, o que, **no caso de uma família composta por dois adultos e duas crianças, com um consumo médio mensal de 20 m³, representa uma poupança de cerca de 50 euros/ano.**

A manutenção, primeiro, do tarifário e a descida do preço da água, depois, é fruto de um processo negocial moroso e complexo, iniciado a partir do momento em que



o executivo municipal consolidou as contas do Município, como atesta o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Assim, só ao fim de três anos, o executivo municipal pôde responsabilmente avançar com uma medida que representa mais um esforço do orçamento municipal para amortecer os efeitos da crise junto da população do concelho.

Para a decisão de baixar o preço da água, também contribuiu as sucessivas alterações que têm sido introduzidas no setor em Portugal, com avanços e recuos, e a incapacidade dos Governos em uniformizar o tarifário, permitindo discrepâncias injustificáveis no território nacional, em resultado da má gestão dos vários sistemas existentes no País.

Para impedir que a população de Santo Tirso fosse, uma vez mais, prejudicada com um aumento do preço da água, o executivo municipal não teve dúvidas em alargar o leque de medidas de natureza social, por ter finalmente condições económico-financeiras para o fazer.

**Em fase final de negociação com a INDAQUA, está ainda a entrada em vigor do tarifário social**, para dar resposta aos agregados familiares socialmente mais vulneráveis, à semelhança do que já acontece com o serviço público municipal de recolha, transporte e tratamento do lixo e dos esgotos, **e ainda do tarifário para famílias numerosas.**

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente o tarifário da água para o ano de 2017.**

**Santo Tirso, 26 de janeiro de 2017**



Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata obviamente que não votam contra o Protocolo que mantém até abril as tarifas que vigoraram durante o ano de dois mil e dezasseis; no entanto não deixam de salientar que Santo Tirso, pelo menos até abril, continuará a estar entre os concelhos onde os custos com a água são mais elevados.-----

Por essa razão entendemos abster-nos no que a esta proposta respeita e ficamos na expectativa que o anúncio público que o senhor presidente fez e que nesta reunião reiterou venha a materializar-se no “timing” anunciado e os vereadores do Partido Social Democrata cá estarão para fazer a avaliação da proposta e, eventualmente, a subscrever”.-----





**6. CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPREITADA DESIGNADA “RECONVERSÃO DE PARTE DO QUARTEIRÃO DA FÁBRICA DE SANTO THYRSO – CENTRO DE ARTE ALBERTO CARNEIRO”: DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.**-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de doze do corrente mês de janeiro, registada com o número trezentos e cinquenta e três, a remeter informação relativa ao procedimento de concurso público com vista à formação do contrato de empreitada acima referido e a remeter as peças processuais relativas ao mesmo procedimento, constituído pelo Programa de concurso público e caderno de encargos, e respetivos anexos, integrado pelas peças referidas na lista que anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma.-----

Dá-se aqui por inteiramente transcrita a aludida informação técnica para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos da fundamentação da presente deliberação.-----

O preço base é de 1.357.495,50 € (um milhão trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de quatrocentos e cinquenta dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010307, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato, conforme proposta de cabimento orçamental número 138/2017, de onze do corrente mês de janeiro.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão



plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2016/I/31.-----

1. O senhor presidente da câmara submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de treze do corrente mês de janeiro pelo qual:-----

A) Foi autorizada a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomada a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

B) Foram aprovadas as peças do respetivo procedimento, que são as seguintes:-----

1 – **Programa do Procedimento**;-----

2 – **Cadernos de Encargos**, integrado pelos elementos referidos na lista anexa à presente ata.-----

C) Foi designado o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos

- Presidente – Eng.º Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia – Técnica Superior Jurista, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município;--

Membros suplentes:

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica e da Contratação Pública;-----

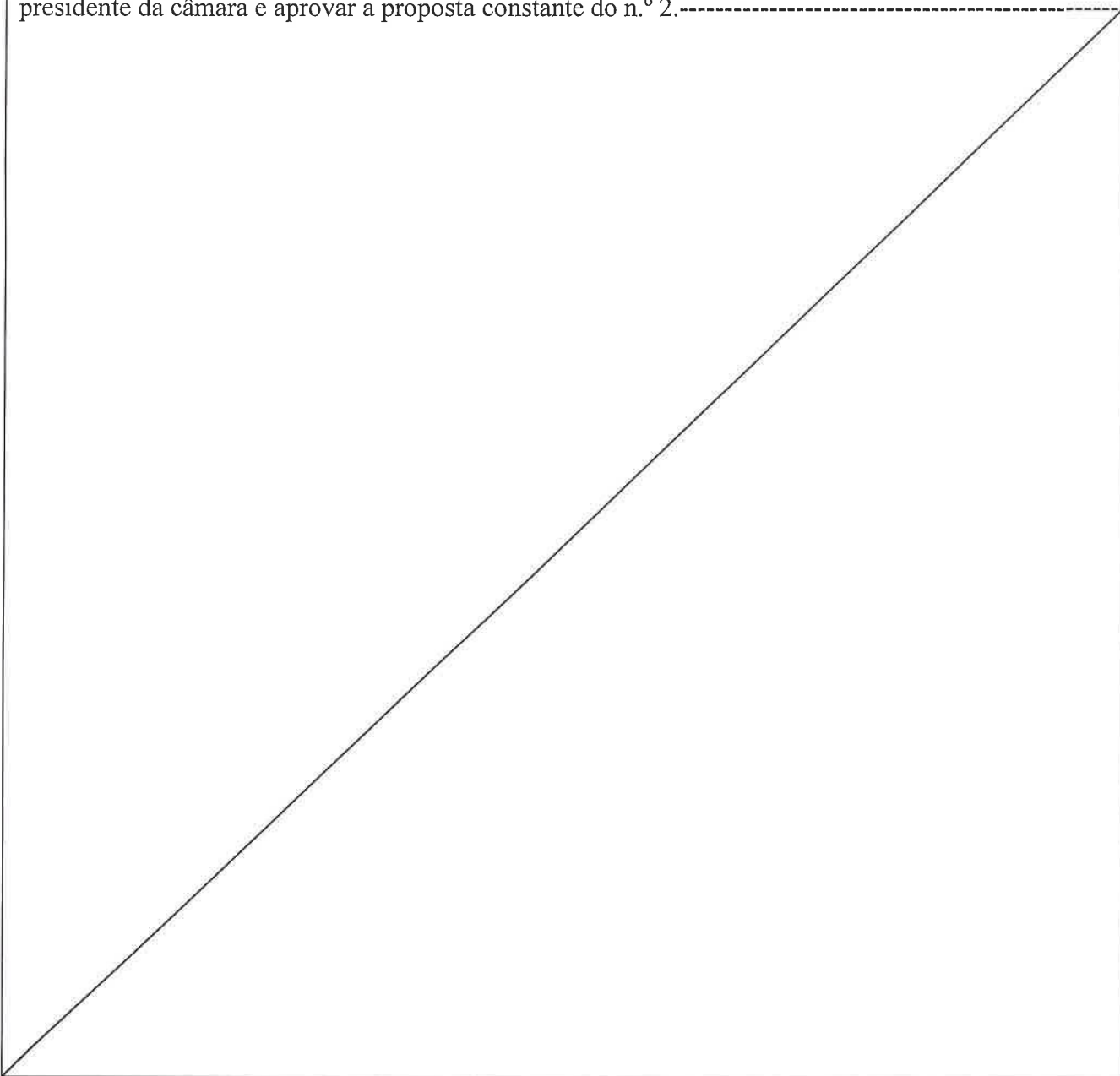
- Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão de Finança;-----

2. O senhor presidente propôs ainda que a câmara delibere declarar, com fundamento na aludida informação técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os



elementos da solução da obra a realizar” que foram disponibilizados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho do presidente da câmara e aprovar a proposta constante do n.º 2.-----





**7. APOIO À UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES URBANOS: AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE À SOCIEDADE TUST – TRANSPORTES URBANOS DE SANTO TIRSO LDA PARA EFEITOS DE DISTRIBUIÇÃO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS.**-----

Presente informação conjunta das responsáveis pelos Serviços de Trânsito e Divisão de Coesão Social, de dezassete do corrente mês de janeiro, registada com o número quatrocentos e noventa e sete, a propor que a câmara municipal, no âmbito das suas competências de apoio a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, implemente medidas concretas de apoio à mobilidade e à acessibilidade a estratos sociais desfavorecidos e a portadores de condicionantes físicas, disponibilizando títulos de transporte dos TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda a esses segmentos da população.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere adquirir títulos de transporte à sociedade TUST – Transportes Urbanos de Santo Tirso Lda, durante o primeiro semestre do ano em curso, até ao montante máximo de 98.133,00 € (noventa e oito mil cento e trinta e três euros), mais IVA, para serem disponibilizados aos referidos estratos sociais, de acordo com os critérios previstos no n.º 8 da aludida informação, cuja aprovação igualmente se propõe.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 242/2016, validada no dia oito do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****(Títulos gratuitos nos Transportes Urbanos de Santo Tirso)**

O Município de Santo Tirso vai, uma vez mais, adquirir títulos dos Transportes Urbanos de Santo Tirso (TUST) para distribuir de forma gratuita pela população do concelho socialmente mais vulnerável.

Destinada a pessoas portadoras de deficiência com pelo menos 60 por cento de incapacidade, aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e aos utentes do Cartão +Vida (maiores de 60 anos), a medida tem tido um grande alcance social, abrangendo já 2150 utentes.

Dos 2150 beneficiários da medida posta em prática pelo executivo municipal, cerca de 1500 são seniores (Cartão +Vida), 600 são pessoas carenciadas e 50 são pessoas portadoras de deficiência.

Comprovadamente, a medida lançada pelo executivo municipal está a dar resposta a situações de exclusão social e a contribuir para o envelhecimento saudável da população do concelho de Santo Tirso, bem como a promover a mobilidade e o acesso a um conjunto de serviços e atividades aos beneficiários dos títulos gratuitos dos TUST.

**Pelo exposto, os eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a aquisição de títulos de transporte à sociedade Transporte Urbanos de Santo Tirso para efeitos de distribuição a estratos sociais desfavorecidos.**

**Santo Tirso, 26 de janeiro de 2017**



A

**8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – RETIFICAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA PANORÂMICA.-----**

Presente email da Junta de Freguesia acima referida, de trinta de novembro último, registado com o número vinte e cinco mil trezentos e sessenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização de obras de alargamento de uma parte da Rua Panorâmica, em virtude da proprietária do prédio confinante, Emília Paula Torres Cunha, ceder o terreno necessário para o alargamento da rua, na condição da junta da freguesia proceder à reconstrução do muro de vedação, que se encontra em perigo de derrocada eminente.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de vinte do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e noventa e cinco, que informam que o custo estimado das obras é de 44.466,50 € (quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos) mais IVA, incluindo os trabalhos de construção do passeio, demolição de anexos e rampas necessárias à execução da obra e a execução de infraestruturas de águas pluviais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 14.161,60 € (catorze mil cento e sessenta e um euros e sessenta cêntimos) para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas obras, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 128/2017.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 242/2017, de dez do corrente mês de janeiro.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 02 Fl. 47  
26 de janeiro de 2017

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE AGRELA – AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA.**-----

Presente ofício da Junta de Freguesia acima referida, de dez de novembro último, registado com o número vinte e três mil setecentos e noventa e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a aquisição de um trator agrícola, cujo custo estimado é de 25.456,84 € (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e oitenta e quatro centimos), com IVA incluído, que se mostra essencial para o prosseguimento das atribuições da freguesia.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à freguesia de Agrela um subsídio no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros) para ajudar a custear as despesas com a aquisição do referido trator, a pagar mediante a apresentação da respetiva fatura.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 286/2017.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 371/2017, de dezoito do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DAS RUAS DA LIBERDADE E DR. ANTÓNIO AUGUSTO PIRES DE LIMA, EM AREIAS.-----**

Presente ofício da Junta de Freguesia acima referida, de dezassete de novembro último, registado com o número vinte e quatro mil novecentos e sessenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com obras de beneficiação das Ruas da Liberdade e Doutor António Augusto Pires de Lima, em Areias, cuja estimativa orçamental é de 144.143,03 € (cento e quarenta e quatro mil cento e quarenta e três euros e três cêntimos), mais IVA.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de vinte do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e setenta, que informam que o orçamento apresentado pela junta de freguesia é aceitável, tendo em conta a natureza e quantidade dos trabalhos a executar.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal que, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à freguesia de União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira um subsídio no montante de 65.000,00 € (sessenta e cinco mil euros) para custear as despesas com a realização das referidas obras, a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 309/2017.-----

O compromisso a assumir com a deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 416/2017, de vinte do corrente mês de janeiro e movimento de estorno n.º 104/2017, da mesma data.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7

# **11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS RANCHOS E GRUPOS FOLCLÓRICOS DO CONCELHO.**

Presente informação, de seis do corrente mês de janeiro, da Divisão de Cultura e Turismo, registada com o número cento e setenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a sugerir a atribuição de um subsídio aos ranchos e grupos folclóricos, a processar nas condições constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer integrante, constituindo as subsequentes três folhas.

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos desenvolvem na promoção e divulgação da cultura e tradições do concelho;

Considerando a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas culturais promovidas pelo município;

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de natureza cultural e recreativa, proponho que a câmara delibere atribuir a cada um dos grupos a seguir mencionados um subsídio no montante global de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros).

- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto;
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Santa Cristina do Couto;
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo (Centro Recreativo Popular de S. Martinho do Campo);
- Grupo Etnográfico das Aves;
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões;
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova;
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz;



A

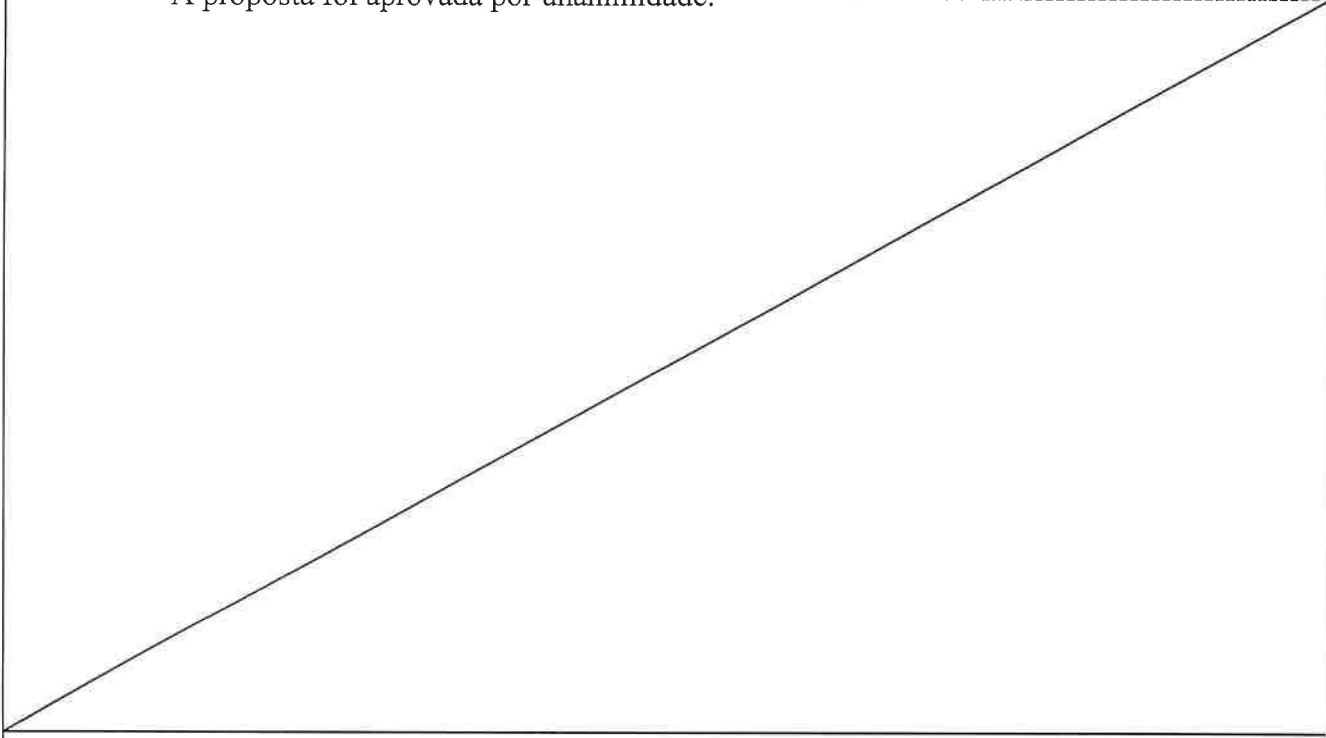
A

- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----
- Rancho Santo André do Sobrado – Vila das Aves;-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
- Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei;-----
- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos;-----
- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas.-----

A respetiva despesa, no montante global de 39.200,00 € (trinta e nove mil e duzentos euros), será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 311/2017.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documentos números 419, 420, 422, 423, 425, 426, 427, 429, 430, 431, 432, 433, 435 e 436/2017, respetivamente, todos de vinte do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





## **12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AOS AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SANTO TIRSO PARA VISITAS DE ESTUDO.-----**

Presente informação da Divisão de Educação, de seis do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e setenta e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação;-----

Considerando as atribuições do município nos domínios da educação e da ação social;---

Considerando as competências da câmara para apoiar atividades de natureza educativa e em matéria de ação social escolar (alíneas u) e hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro), proponho, que a câmara municipal delibere atribuir aos Agrupamentos de escolas abaixo identificados a comparticipação financeira referida, no montante global de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros), destinada a apoiar a realização de uma visita de estudo anual a todas as escolas da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2016/2017;-----

**Agrupamento de Escolas D Dinis – Santo Tirso-----**

- Valor a atribuir -----3.300,00€ (três mil e trezentos euros)

**Agrupamento de Escolas D Afonso Henriques – Aves – Santo Tirso-----**

- Valor a atribuir -----3.300,00€ (três mil e trezentos euros)

**Agrupamento das Escolas de S. Martinho-----**

- Valor a atribuir -----4.100,00€ (quatro mil e cem euros)

**Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo – Santo Tirso-----**

- Valor a atribuir -----8.200,00€ (oito mil e duzentos euros)

**Escola Básica Integrada de Aves/São Tomé de Negrelos – Santo Tirso-----**

- Valor a atribuir -----1.000,00€ (mil euros)

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica



A

7

040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 82/2017.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental conforme documentos números 457, 458, 460, 461 e 462, todos de vinte e três do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**13. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS, TENDO POR OBJETO ASSEGURAR O PROLONGAMENTO DO HORÁRIO NOS JARDINS DE INFÂNCIA NO ANO DE 2016/2017: REVISÃO DA VERBA ATRIBUÍDA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO CENTRO ESCOLA DA COSTA – RORIZ.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezassete do corrente mês de janeiro, registada com o número quatrocentos e oitenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, onde se comunica e fundamenta a necessidade de rever o valor da comparticipação atribuída à Associação de Pais do Centro Escolar da Costa – Roriz, face ao aumento do número de crianças a frequentar o prolongamento de horário.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse a atualização do montante mensal a atribuir à Associação de Pais da Escola Básica da Costa, que passará de 580,00 € (quinhentos e oitenta euros) para 810,00 € (oitocentos e dez euros), com efeitos a partir do próximo mês de fevereiro e até agosto de dois mil e dezassete, inclusive, o que implica um aumento de despesa no montante de 1.610,00 € (mil seiscientos e dez euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 310/2017.---

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 417/2017, de vinte do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA “A UNIÃO DESPORTIVA DE S. MAMEDE”.-----**

Presente ofício de vinte e nove de dezembro findo, da associação denominada “A União Desportiva de São Mamede”, registado com o número vinte e sete mil oitocentos e setenta e dois, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a União Desportiva de São Mamede tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia catorze de outubro último, válida por quatro meses tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezanove do corrente mês de janeiro, válida por três meses.-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação do Departamento de Coesão Social, Educação e Desporto, de dezanove do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e cinquenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 17.000,00 € (dezassete mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por dez folhas, rubricado pelo presidente da câmara e



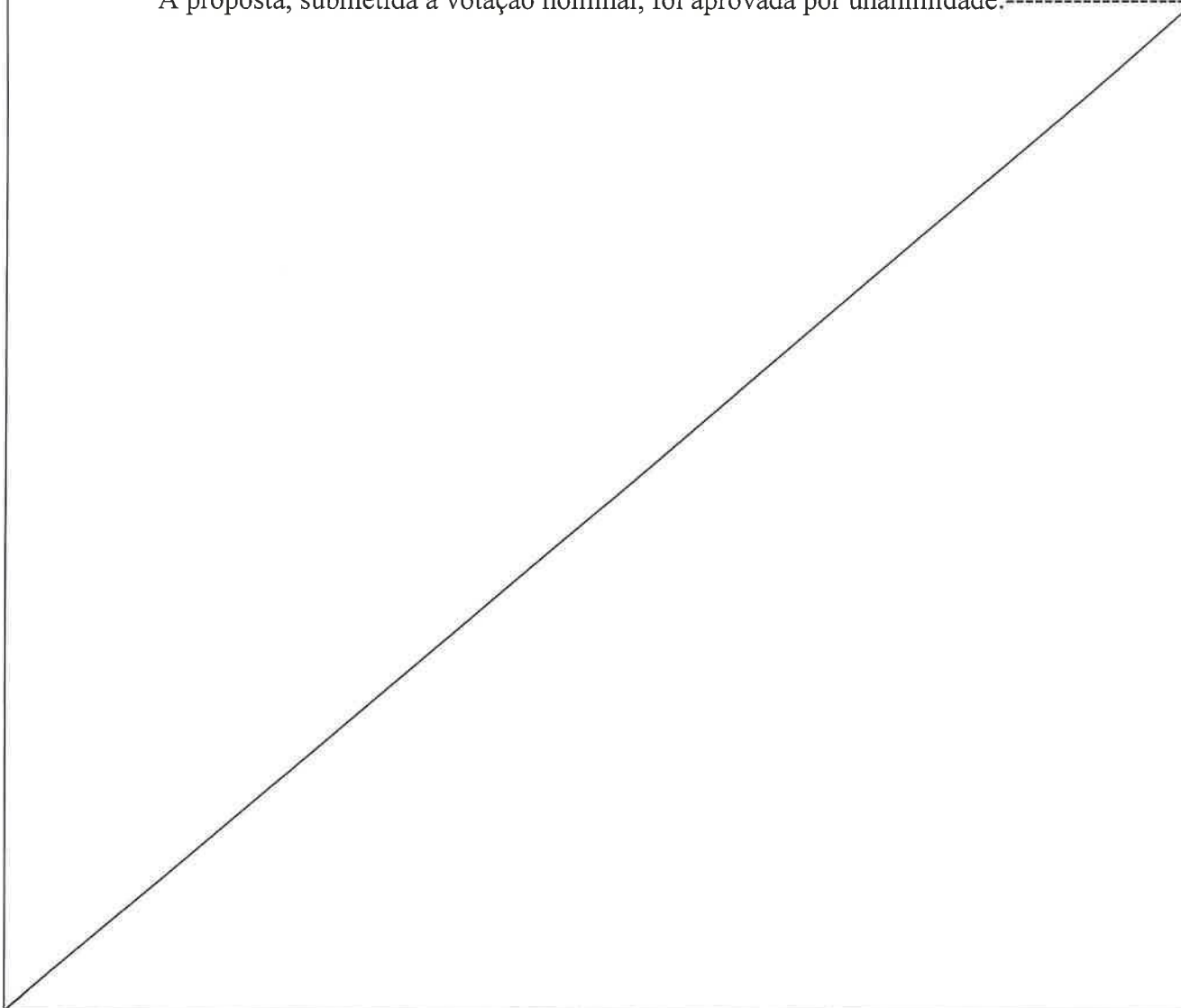
*[Handwritten signature]*

por quem secretariou esta reunião.-----

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 365/2017.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 1055/2017, de vinte e cinco do corrente mês de janeiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





*[Handwritten signature]*

**15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO.-----**

Presente ofício de vinte e sete de dezembro findo, do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, registado com o número vinte e sete mil quinhentos e nove, a remeter Programa de Desenvolvimento Desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Clube Desportivo de S. Salvador do Campo tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada no dia dezanove do corrente mês de janeiro ao sítio na internet da Segurança Social Direta, cuja informação obtida tem a validade de seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e sete de dezembro findo, válida por três meses.-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a informação do Departamento de Coesão Social, Educação e Desporto, de dezanove do corrente mês de janeiro, registada com o número quinhentos e sessenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Considerando a competência prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,

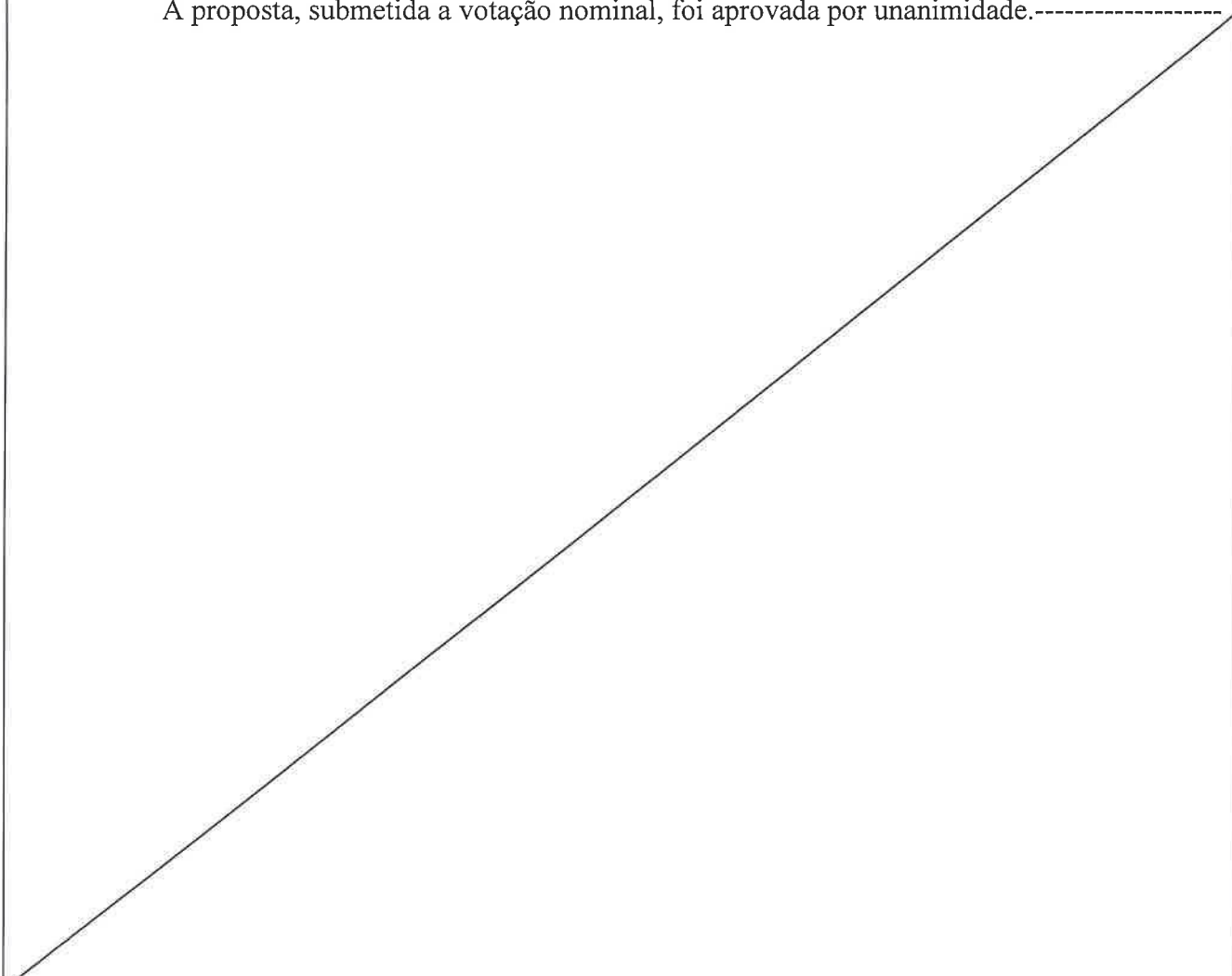


constituindo o anexo IV da mesma, composto por dez folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante global da comparticipação financeira atribuída pelo município é suportado pela rubrica orçamental 02/040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 325/2017.-----

O compromisso inerente à atribuição da referida comparticipação financeira está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 434/2017, de vinte do corrente mês de janeiro.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





**16. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 2316 – FEDER - 000007, DESIGNADA POR “CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS VERDES URBANAS – PARQUE URBANO DA QUINTA DE GEÃO”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E DE ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.**-----

Presente email do Programa Operacional Regional do NORTE 2020, de vinte e um de dezembro findo, registado com o número vinte e sete mil duzentos e trinta e quatro, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000007 – designada “Criação e ampliação de estruturas verdes urbanas – Parque urbana da Quinta de Geão” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia dezanove do mesmo mês de dezembro.-----

O Chefe do Serviço de Desenvolvimento Económico informa que o valor elegível da candidatura é de 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 1.275.000,00 € (um milhão duzentos e setenta e cinco mil euros), sendo a contrapartida nacional no valor de 225.000,00 € (duzentos e vinte e cinco mil euros) assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, com quatro folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Não houve intervenções do público presente.-----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Dezasseis horas e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a ata que tem sessenta e uma folhas e cinco documentos anexos (anexo I, relativo ao item cinco; anexo II, relativo ao item seis; anexo III, relativo ao item catorze; anexo IV, relativo ao item quinze; e anexo V relativo ao item dezasseis), apenas utilizadas no anverso, que eu

*Henia Adriana Salgado Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 09/02/2017 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Trzeze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriana Fagundes*